



ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013

ESTE PAÍS NÃO É PARA REFORMADOS?

Como é sabido, a História repete-se...

As nações constituíram-se em Estados, para dar regras e limites ao Poder, para construir o Bem Comum e reforçar a Coesão Social, sob a égide dos valores da Justiça, da Igualdade, da Democracia e do Direito.

Mas, ao longo dos tempos, o Poder (ou o Estado...) raras vezes resistiu à tentação de oprimir e injustiçar os mais desprotegidos, aqueles a quem não é dada voz.

Foi assim no passado, é assim no presente. Em tempos remotos, pelo fio da espada, actualmente pela cortante injustiça fiscal.

Aqui chegados e olhando para o que se passa no nosso País, há que dizer inequivocamente: **o Orçamento de Estado para 2013 é um asfixiante saque fiscal e uma afronta para os trabalhadores reformados.**

Para aqueles que hoje têm menor (ou nulo) poder reivindicativo, o Estado Português reservou uma guilhotina fiscal e um evidente confisco, a coberto do aumento das taxas de retenção de IRS, da famigerada e tão extraordinariamente injusta Contribuição Extraordinária de Solidariedade e ainda da Sobretaxa Extraordinária de IRS.

Um artificial exército de "*novos-ricos*", subitamente criado por via orçamental, é assim dizimado por uma fiscalidade esmagadora e sem fundamento, que reduz, de forma repentina e insustentável, as já "*albanizadas*" pensões de reforma.

Mas mais (e pior): no momento de repartir os sacrifícios fiscais, o Estado Português esquece quem trabalhou e contribuiu uma vida inteira, conforme a lei determinava e cumpriu a sua parte no Pacto Social que se pensava existir e que se acreditava fosse respeitado. **Mas o Estado exige agora aos reformados mais que a todos os demais, demasiado para quem já deu tanto.**

**Poderemos aceitar, enquanto Comunidade, que um reformado pague mais impostos que um trabalhador no activo com o mesmo rendimento mensal?
Qual a justiça desta óbvia discriminação?**

É certo que a situação de emergência do País implica especiais sacrifícios e medidas excepcionais e que muitos (mas não todos) são atingidos pelo Orçamentos de 2013.

Mas a Justiça, a Equidade, a Igualdade e o Estado de Direito não podem ser vítimas da voragem do défice. Se assim fôr, poder-se-á até ganhar o dia, mas perder-se-ão os pilares da nossa Coesão Social, enquanto País, Comunidade e Povo.

A História repete-se, é certo...

Mas a história não termina aqui, no Orçamento de Estado para 2013 e neste Adamastor Fiscal que se abateu sobre os trabalhadores reformados.

Portugal, enquanto Nação, mesmo nos momentos de maior penumbra e dificuldade, soube encontrar o seu caminho e o seu rumo, sem perder os seus princípios humanistas.

Por isso, não hesitamos em fazer ouvir a nossa voz e dar voz aos trabalhadores reformados, num momento de insuportável sacrifício e de tão evidente injustiça.

Uma palavra especial para os bancários reformados, que durante décadas alimentaram sucessivos excedentes da CAFEB (que reverteram para o orçamento da segurança social) e que em 2011 viram os seus Fundos de Pensões financiar o défice do Estado, para agora sofrerem uma impensável iniquidade fiscal.

Confiamos que, no mais curto período de tempo, seja reposto o fundamental equilíbrio na repartição de sacrifícios. Para tanto, julgamos suficiente (e imprescindível) que se observe o disposto no artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa:

“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”

Lisboa, 30 de Janeiro de 2013

A DIRECÇÃO